

Jacarés vira-latas, tilápias mutantes e sucuris fantasmas: alianças improváveis no Igarapé do Gigante em Manaus (AM)¹

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares (UFAM)

Amanda Arruda Araújo (UFAM)

Palavras-chave: relações humano-animal; memória; cidades amazônicas.

A van saiu às 8:30 da UFAM, em um sábado de novembro mais quente que o normal, embora nublado. Éramos professores, alunos de Ciências Sociais e Antropologia, além de alguns desgarrados da Zootecnia, Psicologia e Engenharia Florestal. Fomos em direção à nascente do Igarapé do Gigante, Zona Oeste de Manaus, onde moradores da área nos esperávamos para a realização de uma atividade de campo. Chegando no local, nos deparamos com uma propriedade privada, onde parte do curso do igarapé era interceptado por uma infraestrutura de balneário, que represava a água formando uma piscina. Era cedo e o público do banho ainda não tinha chegado. Reney e Seu Gilberto, porém, já estavam lá. Eles nos receberam junto com Cláudio, o proprietário do local, que se chamava Chácara do Vovô.

O balneário fica localizado nos limites entre a área urbanizada do bairro da Redenção e a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Vale dos Buritis, pertencente ao terreno do Aeroporto de Manaus e sob responsabilidade da Infraero. Cláudio nos explicou que a propriedade ajuda a preservar a área, contendo o avanço de moradias sobre a floresta. Ele chama atenção sobre os buritis, árvores de várzea, espalhados pelo terreno. A água do balneário vem de dentro da floresta, transportada por um igarapé, que podia ser observado de dentro da propriedade. Sua água abrigava ciclídeos nativos, peixes do tipo acará com detalhes vermelhos na cauda. Reney, biólogo de formação, chamou atenção para o fato de que a presença daqueles peixes era um bioindicador da saúde da água. Cláudio alimenta os peixes com ração todos os dias. Não demorou para algum dos alunos perguntar se ali havia cobras. O proprietário disse que era difícil aparecerem. Reney perguntou sobre jacarés. Cláudio respondeu que sim, de vez em quando apareciam jacarés pequenos, de no máximo 1 metro de comprimento, e que apresentavam uma coloração escura (Reney me disse depois que provavelmente se tratava

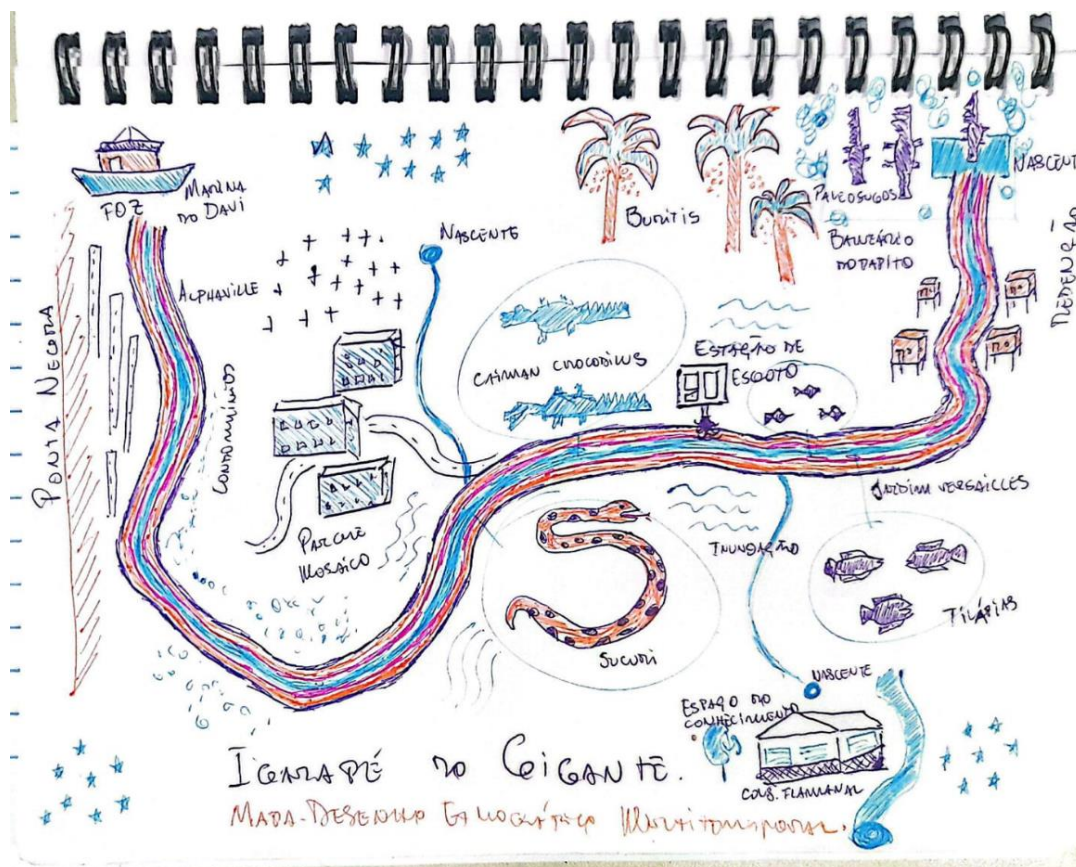
¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

do *Paleosuchus palpebrosus*, o jacaré-paguá, espécie difícil de avistar e uma de suas “favoritas”). Em seguida, o senhor revelou, sem muito pudor: “Eu já matei mais de 15 jacarés desses aqui”. Chocado, Reney tentou argumentar em defesa dos animais, sem sucesso. Cláudio encerrou a conversa: “se eu não matar, eles continuam voltando”.

A experiência relatada acima foi parte de uma atividade de extensão intitulada “Expedição ao Igarapé do Gigante”, dentro do projeto de extensão “Direito à cidade e mobilizações pelo saneamento em Manaus”. Nosso objetivo era refletir sobre relação entre cidade e natureza – ou naturezasculturas urbanas – por meio das interações cotidianas com o Igarapé, considerando a fauna, a flora, os padrões de ocupação nas margens, as intervenções sofridas e os usos dos lugares. A expedição foi planejada em conjunto com os moradores que nos acompanhavam, ambos ativistas dos movimentos ambientais e de bairro na região. Baseando-nos nas experiências das *toxic tours* (Fiske e Fischer, 2024; Tavares, 2025), percorremos a bacia do Igarapé parando em pontos estratégicos específicos, o que incluiu uma nascente em área preservada, locais de ocupação no leito do igarapé, áreas de expansão imobiliária sobre a floresta e recursos hídricos, uma estação de esgoto abandonada, além de pontos de avistamento de fauna, em especial os jacarés que são cuidados por Reney. Nas paradas, conversávamos com outros moradores que nos interpelavam e suas trajetórias de moradia se confundiam com o processo de consolidação do bairro, conflitos e transformações sofridas pelo igarapé ao longo dos anos.

A expedição terminou com lanche e debate no “espaço do conhecimento”, um antigo local de despejo irregular de resíduos sólidos às margens de uma nascente do Igarapé do Gigante e que foi recuperado por moradores da região, em especial por Seu Gilberto. Hoje o local dispõe de uma área coberta, onde há uma biblioteca comunitária de acesso livre. Além disso, ali também são realizadas atividades de escolas e reuniões de movimentos sociais da região.

Figura 1 – Desenho etnográfico multitemporal: Igarapé do Gigante



Fonte: elaborado pelo autor.

Este *paper* está voltado especialmente às interações e histórias entrelaçadas entre humanos e animais no Igarapé do Gigante. Como aparece no relato que inicia o trabalho, estas histórias muitas vezes envolvem conflitos e incompreensões que emergem da calcificação das fronteiras entre humanidade e animalidade (Ingold, 1994), desdobradas em ideais antropocêntricos de cidade, isto é, a proposição às vezes explícita de que cidades são constructos humanos voltados às necessidades humanas (Perrota e Helene, 2024). Ao mesmo tempo, o cotidiano, a memória e as práticas de fazer cidade borram as fronteiras entre urbanidade e natureza, engendrando naturezasculturas (Haraway, 2021) urbanas que podem ser pensadas a partir das interações com os animais em lugares com a Bacia do Igarapé do Gigante.

As histórias que seguem mostram fantasmagorias e terror, ao mesmo tempo em que levam a reflexões sobre as possibilidades da vida – ainda que precária – e alianças interespecíficas nas cidades, em especial na Amazônia. Elas mostram como estratégias de vida, criação de nichos, conflitos territoriais, toxi-cidades (Lima, 2021), adaptação ao meio e resistências são problemas comuns entre urbanóides, sejam eles humanos ou não-

humanos. Algumas dessas histórias emergiram das águas poluídas do Igarapé do Gigante durante a atividade de extensão supracitada. Outras, são resultado do diálogo que temos mantido com os moradores da área como Reney e Dona Wanda em pesquisas recentes.

Tilápias mutantes

Às margens do Igarapé do Gigante, em uma das minhas visitas ao local, Reney e eu observávamos um cardume de tilápias próximo a um efluente de esgoto. O biólogo me contou que, na sua juventude, frequentava um sítio naquela região da cidade onde funcionava um criatório de peixes. Um dia, identificou tilápias em um tanque e ficou surpreso com a presença daquele peixe estrangeiro no amazonas. O proprietário, sabendo que introduzir espécies exóticas era crime ambiental, pediu-lhe discrição, mas não sem antes contar a história: ele havia trazido as tilápias de Belém, a bordo de um avião monomotor. Os alevinos foram transportados em uma embalagem de margarina, sendo necessário mexer a água com os dedos de tempos em tempos para oxigená-la. O transporte clandestino em condições arriscadas mostrava o potencial adaptativo da espécie mesmo na sua fase inicial de vida.

Não era a primeira vez que encontrava a Tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*) em um igarapé urbano na Amazônia. Em Belém, no canal da Visconde de Inhaúma, Bacia do Una, a tilápia era bastante encontrada, fazendo parte da dieta de alguns moradores, mesmo contra a recomendação de profissionais de saúde, os quais alertavam sobre os perigos de consumir peixes provenientes de águas tão poluídas (Soares, 2016; Soares e Silveira, 2022).

Um mistério, no entanto, rondava a presença daqueles peixes no canal. A tilápia não é uma espécie nativa do Brasil. Proveniente do continente africano, a espécie foi introduzida na piscicultura nas Américas devido à sua grande plasticidade trófica e baixa necessidade de oxigênio, o que permite sua adaptação a diferentes regimes alimentares e condições ambientais adversas (Ramos, 2022). Por essa razão, a tilápia se tornou popular nos açudes e tanques de criadores, mas também ficou conhecida na Amazônia como um “peixe de vala”, capaz de viver e se proliferar em águas sujas. Diferente do Cará, ciclídeo encontrado próximo à nascente do gigante e que depende das águas ácidas dos igarapés, a Tilápia vive em águas alcalinas resultantes do despejo de esgoto doméstico e industrial sem tratamento no Igarapé do Gigante. Fora da nascente, ao longo do curso d’água, o Cará desaparece e a Tilápia predomina. Não se sabe se a introdução da Tilápia no igarapé causou impacto na assembleia de peixes nativos, fazendo-os desaparecer, ou se ela

simplesmente ocupou o espaço inóspito do igarapé já poluído. Para Reney, não importa se são espécies nativas ou não. Para ele, elas são importantes na alimentação dos jacarés e sucuris no Gigante.

Reney, porém, vem percebendo mudanças na forma corporal das tilápias. Alguns peixes têm aparecido sem os olhos. Outros apresentam deformações nas escamas e barbatanas. “Tilápias mutantes”, disse ele. A adaptação tem um custo. A exposição a substâncias tóxicas como fósforo e nitritos, provenientes de esgoto doméstico e industrial tem provocado essas mudanças corporais que, no entanto, não chegam a ser hereditárias. Entre deslocamentos forçados, a fuga para o igarapé, o rótulo de “invasoras”, a predação da fauna local, a cegueira e deformidades, as tilápias do Gigante se reproduzem e vivem seu Chernobyl.

Jacarés vira-latas

Há 4 espécies de jacarés no Amazonas e todas são encontradas no Igarapé do Gigante: Jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), Jacaré-tinga (*Caiman crocodilus*), Jacaré-coroa (*Paleosuchus trigonatus*) e Jacaré-paguá (*Paleosuchus palpebrosus*). Enquanto o jacaré-açu é encontrado na foz do igarapé, mais próximo às áreas de influência do Rio Negro, as três outras espécies se distribuem pelo igarapé principal e suas nascentes, interagindo com os processos de urbanização e transformações em seus habitats ao longo da Bacia.

A espécie mais avistada nos igarapés de Manaus é o *Caiman crocodilus*, o Jacaré Tinga. “É o vira-lata caramelo dos jacarés”, diz Reney. Esse apelido se deve à sua ampla distribuição geográfica no Brasil e na América Latina, mas também aos seus hábitos generalistas em termos de alimentação, horários e adaptação ao ambiente. Espécies mais generalistas como o *Caiman* tendem a se beneficiar da urbanização, sobretudo quando seus predadores estão ausentes. Com a urbanização, o *Caiman* coloniza o habitat de outras espécies como os *Paleosuchus*, que vivem na mata fechada e nas cabeceiras dos igarapés, inclusive predando esses jacarés de menor porte. No entanto, esse “favorecimento” do *Caiman* precisa ser posto em perspectiva. Observemos sua forma corporal, como propõe Anna Tsing (2019). Seu abdômen redondo, com formato quase roliço, não necessariamente indica que estão bem alimentados. Oportunistas, esses animais acabam ingerindo materiais não alimentares – principalmente plástico – junto com restos de comida que conseguem abocanhar nos igarapés (Paciullo, 2012).

A urbanização incide sobre o corpo dos jacarés, mas também sobre suas territorialidades. Segundo Reney, os *Caimans* procuram por trechos do igarapé onde haja profundidade para que possam submergir. Isso tem sido um problema diante do progressivo assoreamento do igarapé. No passado, conta o morador, o curso d'água tinha grande profundidade – por volta de 3 a 5 metros. Isso foi diminuindo, sobretudo por conta do escoamento de material de construção civil para o leito do igarapé. No entanto, Reney ainda faz o monitoramento de alguns *Caimans* em uma área de maior profundidade onde os bichos podem ser avistados de uma ponte.

A história desses jacarés se conecta a eventos recentes que são resultado de pressões imobiliárias sobre as áreas verdes da Zona Oeste de Manaus. Desde 2019 existe um empreendimento realizado por uma construtora de renome nacional que consiste na criação de um bairro planejado, com nome de “Parque Mosaico”. Não obstante o anúncio da construtora celebre “infraestruturas urbanas conectadas por uma rede de igarapés e florestas” (Parque Mosaico, 2026), nossas atividades na Bacia do Gigante mostraram que os impactos do Parque Mosaico incluem supressão vegetal de uma vasta área e substituição de árvores nativas frutíferas por espécies adequadas ao paisagismo do projeto, como palmeiras. Para os cursos d'água houve aterramento e assoreamento de igarapés e suas nascentes. Na área onde foi construído o Parque Mosaico também havia um lago onde viviam *Caimans* de tamanho considerável. A construtora acionou o Batalhão Ambiental, que fez a captura dos jacarés. Reney conta que acompanhou todo esse processo, inclusive quando os animais foram deslocados para o trecho do Igarapé do Gigante onde permanecem até hoje.

As formas de sociação dos *Caimans* são marcadamente territorialistas, muitas vezes constituindo colônias onde os indivíduos de menor porte ou mais fracos são hostilizados e excluídos. Foi isso o que aconteceu com um dos animais de Reney, um jacaré de 2,5 metros, porém de idade avançada, que foi expulso daquela área por espécimes mais robustos. O idoso foi se alocar um pouco acima no curso do igarapé, em uma área já bastante assoreada. Ali, ficou vulnerável à investida de um grupo de moradores, que teriam removido o jacaré da água, envolvendo-o com arame, para depois matar o animal. Reney conta que quando encontrou a carcaça do animal já em decomposição, o crânio estava destruído e a cauda removida. A ausência da cauda – parte de onde os humanos consomem a carne – indica que o jacaré foi morto para servir de alimento. Reney guarda até hoje em sua casa os restos mortais desse *Caiman*, lamentando a perda.

Sucuris fantasmas

Estávamos perto do fim da Expedição ao Igarapé do Gigante. Reney guiava seu carro à frente da van que nos transportava. Ao cruzarmos uma ponte, de repente ele para seu carro e corre sobressaltado até a margem do igarapé. Sem entender o que acontecia, estacionamos a van e fomos ao encontro de Reney, que se prostrava diante de uma sucuri (*Eunectes murinus*) que jazia sem vida. A cobra estava com golpes percussivos ao longo do corpo, que poderiam ter sido causados por um terçado. A cabeça estava quase decepada. Pela temperatura e consistência do corpo, segundo Reney, o episódio violento teria acontecido no máximo uma ou duas horas antes da nossa passagem. A imagem chocante da sucuri assassinada abalou Reney e os participantes da expedição, que não conseguiam entender quem teria feito aquilo e com que motivação. Segundo o biólogo, era uma fêmea, ainda filhote, e que não oferecia nenhum risco a seres humanos.

Durante os últimos anos caminhando pelas margens dos igarapés de Manaus e dialogado com seus moradores recebi algumas notícias sobre violência contra animais silvestres. Reney conta que as mortes acidentais de cobras e jacarés por atropelamento são comuns na região do Gigante. Uma vez ele me contou que salvara uma sucuri de ser morta por um grupo de pessoas que queria usar como remédio a “banha” do animal, substância popularmente usada como remédio para dores musculares, reumatismos e inflamações. Também no Igarapé do Gigante uma moradora contou que um grupo de pessoas matou um jacaré – provavelmente o *Caiman* idoso descrito por Reney – por “curiosidade” em experimentar sua carne como alimento. Disse ela que testemunhou o ocorrido, mas não teve coragem de provar a iguaria. É evidente que, nos casos acima, quando a morte não é resultado de um acidente, o que está em jogo são os usos dados pelas pessoas às substâncias e à carne dos animais, baseados em práticas e conhecimentos que remetem à sua trajetória e memórias familiares.

A morte da sucuri na expedição, no entanto, remete a práticas observadas em outros lugares de Manaus, em que animais foram mortos sem razão aparente, a não ser por medo ou aversão por parte dos humanos. No Igarapé do Coroado (parte da Bacia do Mindu), um jacaré foi retirado de dentro do curso d’água próximo a uma feira e morto por pessoas do local. Seu cadáver foi deixado exposto na via pública: “mataram só por matar”, disse uma testemunha em mensagem de áudio recebida por *whatsapp*. Também há acontecimentos como aquele descrito no início do *paper*: o dono do balneário diz que já teria matado 15 jacarés que insistiram em adentrar sua propriedade – localizada dentro

de uma reserva florestal. Nesse caso, não se trata apenas de aversão ou medo, mas da impossibilidade de usos multiespecíficos dos lugares: os jacarés podem afugentar os frequentadores do banho e prejudicar o negócio.

Os exemplos rapidamente sobrevoados aqui mostram como a cidade ainda é um local de conflitos entre pessoas humanas e fauna. Entre esses casos, a brutalidade do “matar só por matar” é o mais chocante, evocando novamente uma ideia de cidade como “não-lugar” dos animais e uma relação de aversão – ou de impossibilidade de conciliação – frente à fauna considerada indomesticável.

O fantasma, nesse caso, não se refere exclusivamente à sucuri morta, mas às fantasmagorias das relações entre cidade e água. Isto é, a imagem da sucuri mutilada e sem vida sobre o cinza do concreto é assombrosa, contraditória e incômoda, causando desconforto. O “fantasma” aqui certamente remete aos “pescadores fantasma” do Rio Piracicaba, como aparece no trabalho de Camargo (2025), não no sentido de serem espíritos ou almas penadas de pescadores mortos, mas no sentido de constituírem uma imagem ao mesmo tempo desejada e combatida nos processos simultâneos de urbanização e “revitalização” das paisagens hídricas piracicabanas. A figura do pescador – idealizada e nostálgica – é evocada pela memória quando conveniente para legitimar as intervenções do Estado e usos dirigidos do rio naquele contexto. Ao mesmo tempo, nos dias atuais a prática da pesca é coibida por razões médico-sanitárias e de segurança. Ou seja, são pescadores fantasmas porque sua presença só interessa quando ele não está lá.

A sucuri no Igarapé do Gigante é fantasma porque expressa a contradição entre uma cidade que se pensa – no plano internacional e no cotidiano de seus habitantes – como porta de entrada da floresta amazônica e mediadora da conservação do bioma, ao mesmo tempo em que sua urbanidade é estruturada em oposição à fauna, águas e florestas urbanas. As imagens de fauna que nos recebem no aeroporto e em peças publicitárias, ao mesmo tempo em que prometem uma “experiência amazônica” produzem um lugar específico para os animais, que não necessariamente implica na convivência cotidiana ou em sociabilidades urbanas interespecíficas.

Por fim, há uma justiça poética que envolve expedições e fantasmagorias. O termo “expedição” foi utilizado em nossa atividade de forma irônica, remetendo à experiência de Michel Leiris no início da década de 30 com a expedição Dacar-Djibouti, que deu origem ao livro “África Fantasma” (Leiris, 2007). Em nosso caso, havia algo de provocador em realizar uma “expedição” na própria cidade onde vivemos. O termo também evoca as assimetrias de poder e ao papel colonial da instituição universitária

frente às comunidades, sobretudo na pesquisa. Nesse sentido, a extensão aparece como a possibilidade de diálogo, “além dos muros” físicos e simbólicos da universidade. O cadáver da cobra morta desafia essa idealização, apontando para os aspectos imprevisíveis, incompreensíveis, inacessíveis e irreconciliáveis das relações entre universidade e comunidade, cidade e floresta, humanos e animais.

Alianças improváveis

A região do Igarapé do Gigante abrange os bairros da Redenção, Planalto, Lírio do Vale e Ponta Negra, situados na Zona Oeste de Manaus. Segundo o IPAAM (Amazonas, 2024, p.3), pode ser caracterizada da seguinte maneira:

A Bacia Hidrográfica do Gigante, objeto de estudo, com uma área aproximada de 32 km², está localizada na zona Oeste da cidade de Manaus, caracteriza-se pelo contraste de nascentes com cobertura florestal preservadas (limitadas pelo Aeroporto Internacional Eduardo Gomes) e nascentes densamente urbanizadas; pela presença de bairros populosos sem condições adequadas de saneamento, mas, com moradores com latente mobilização social; pela ocupação imprópria de áreas de preservação permanente (APP) e da Unidade de Conservação Municipal APA Parque Linear do Igarapé do Gigante (área de 155,18 hectares), fatores que, entrelaçados, frente ao crescimento desordenado da cidade, vêm contribuindo à perda da qualidade das águas ao longo do Igarapé do Gigante, afluente da margem esquerda do Rio Tarumã-Açú.

Compreende-se a partir do trecho acima que se trata de uma área em que, de forma semelhante a outras regiões de Manaus, há conflitos envolvendo os direitos à moradia, ao saneamento ambiental e ao meio ambiente, configurando um mosaico de áreas verdes preservadas, pressões imobiliárias, poluição dos cursos d’água e mobilização social pelo direito à cidade. O próprio Plano Diretor da cidade é responsável por induzir algumas dessas contradições, uma vez que estabelece a Zona Oeste da cidade como um vetor de expansão imobiliária para camadas médias e altas, baseado em discursos de sustentabilidade ambiental e amenidades como a presença de áreas verdes e proximidade com o Rio Negro (Melo, 2026). A maior expressão recente desse zoneamento é o já mencionado Parque Mosaico, bairro planejado por onde passou a expedição. Ao mesmo tempo em que estipulam uma integração entre cidade e natureza, na prática esses

empreendimentos se desdobram na aridez de paisagens urbanas padronizadas, com blocos de apartamentos erguidos sobre uma imensa área desmatada onde predomina o asfalto, de grande desconforto térmico e falta de sombreamento, com impactos diretos sobre os cursos d'água e fauna da região.

Esse tipo de uso dirigido do espaço – as paisagens políticas de Arantes (2000) – contrasta com os vínculos estabelecidos com os lugares por alguns moradores e que são revelados pela memória. Dona Wanderleia (ou dona Wanda) recebeu-nos em sua casa para uma entrevista, contando sobre sua vida no Conjunto Augusto Montenegro, território situado entre os bairros da Redenção, Lírio do Vale, Ponta Negra e Tarumã². Ela tem 60 anos de idade e é técnica em nutrição. Vive no local há 36 invernos amazônicos, morando bem próximo às margens do Igarapé do Gigante, onde apenas uma pista e uma APP (Área de Proteção Permanente) arborizada separam sua casa do curso d'água. Ela nos relatou:

Quando eu vim pra cá, eu era casada, não é? Ele [o então marido] foi um dos construtores do Augusto Montenegro e do Jardim Versalhes. Ele trabalhava com terraplanagem na construtora, na época [...]. E eles fizeram tudo isso aqui. E eu sei muita coisa do Augusto Montenegro, porque ele conversava comigo sobre o que estava acontecendo. Aqui onde estamos agora era o Igarapé de Gigante, que foi todo aterrado. Ele foi um dos que fazia a terra planagem, ele foi uma das pessoas responsáveis. Aqui era o Igarapé do Gigante: olha só as minhas paredes, é muita umidade! Eu, meus vizinhos, nós sofremos isso, muito umidade aqui, olha! O frutífero que eu posso ter é aquele que se dá bem com a água, eu não tenho abacateiro, bananeira, porque é muito úmido.

Dona Wanda situa a história do local onde vive na trajetória de sua família, evocando o trabalho do ex-marido na construção do local onde ela ainda vive³. A fala indica que houve criação de solo urbano e transposição do curso do igarapé, cuja memória não vive apenas nas representações do passado, mas também na materialidade das paredes úmidas e no solo encharcado que só permite o plantio de árvores de várzea. O desvio do igarapé e sua retificação são intervenções que geralmente influem sobre a hidrodinâmica dos cursos d'água. Junto a isso, há o progressivo avanço de moradias sobre as APPs da

² A ambiguidade da localização reflete o que aparece nos boletos e correspondências, cada um indicando um bairro diferente.

³ Em Manaus, o termo “condomínio” ou “conjunto” também pode se referir a áreas residenciais loteadas, abertas, sem muros, criadas para habitação de trabalhadores.

região, gerando sobrecarga do igarapé com materiais e construção e provocando assoreamentos. É provável que esses dois fatores, combinados às dinâmicas mais amplas de urbanização do bairro, venham causando inundações na área, como conta a moradora:

A própria SUHAB⁴ vendeu, e aí é aquela coisa: tu chega, geralmente o documento é o tamanho [do terreno], 12x25 [metros]. Só que eles vêm isso aí e falam: “ah, dá para ir para lá”, e toma-lhe barro. E aí é quando assoreia e não tem onde a água escoar e então ela vem para as nossas casas. Hoje o Montenegro tá vivendo essa situação. Na época da chuva, a gente diz assim: “olha, meu Deus do céu, será que é hoje que a água vai entrar? A Sônia que tá lá no Rio de Janeiro, perdeu tudo um dia desse, todos os materiais dela foram... Qualquer chuvinha, né, acaba com tudo! Então hoje é assim, a gente não sabe se vai acordar dentro da água e a gente vê cada vez mais, o que tá acontecendo hoje, a Água de Manaus fica cavando tudo, deixa fundo... E todo esse barro vai para o Igarapé do Gigante.

O trecho acima expõe os mecanismos de expansão ilegal dos terrenos pelas APPs até as margens do igarapé e aponta a empresa concessionária de saneamento Águas de Manaus (Aegea) como responsável pela criação de transtornos no bairro, com obras inacabadas que prejudicam o bem-estar dos moradores e do igarapé. As intervenções sobre o igarapé, o aumento dos riscos de inundação, a perda de áreas de floresta, a dissolução dos modos de vida e de espaços de sociabilidade vinculados ao contato com a natureza são processos de longa duração, cujos relatos oscilam entre um passado distante e tempos mais recentes. Retomando a narrativa de Dona Wanda sobre as transformações nos cursos d’água da região, chamou atenção o momento em que ela evocou um lugar frequentado pelos moradores:

Então esse igarapé foi desviado para lá, então fazia eu com o mundo quando a gente chegou aqui, esse igarapé aqui ainda era limpo. O que eu vi assim, sabe, uns peixinhos dourados aqui, só que o meu marido já dizia que ele já estava assoreando e ficando poluído por causa do condomínio Versalhes, que já estava em construção. O condomínio Versalhes foi primeiro do que o Augusto Montenegro que eu vi, que era também desse homem. E aí tinha um geladinho, um dia desde quando aconteceu, conheceu o geladinho, foi lá? [...]

⁴ Superintendência de Habitação do Amazonas.

Pedro: o que é o geladinho?

Dona Wanda: era um Igarapé, como esses de Manaus, é que vocês não tiveram privilégio de conhecer [...]. É.... Tomei muito banho, era um igarapé limpo, arrodeado de buritizal, era um Igarapé geladinho, tinha um menor aqui e um outro maior para lá, hoje não existe mais, por causa do Parque Mosaico e tá tudo derrubado...

A fala de Dona Wanda evoca o contraste já apontado entre projetos habitacionais que vendem um ideal de integração entre cidade e natureza, mas que geram conflitos produzindo impactos sobre os modos de vida de moradores de águas com a Bacia do Gigante, a exemplo da destruição do igarapé do geladinho pelo Parque Mosaico. Trata-se de um evento significativo e de grande peso emocional, pois mais adiante na entrevista ela tornou a mencionar o geladinho, quando perguntamos se tinha mais lembranças sobre o bairro que gostaria de compartilhar conosco:

Sim, quando a gente chegou, nós tínhamos águas lindas daquele igarapé, né? Como no geladinho. Minha filha mais velha ainda tomou banho lá, grávida da outra criança. E a [neta] mais velha lá tomando banho no geladinho. Ela não lembra disso.

A trajetória do bairro, principalmente as águas do igarapé do geladinho, se entrelaçam a marcos temporais e eventos significativos da vida da família, como ocorreu durante a gravidez da filha mais velha. Ao contar que a sua filha mais velha tomava banho grávida na companhia de suas duas netas - uma na barriga e outra ainda criança - Dona Wanda reconhece como o igarapé conecta as três gerações de mulheres na família. Fica evidente como esses laços - das mulheres da família entre si e delas com o igarapé - são fundamentais para a compreensão do que elas hoje são e fazem pelo bairro - Dona Wanda como ativista e comunitária, a filha como professora. A memória informa as maneiras pelas quais essas pessoas refiguram a sua experiência com a natureza no bairro, dando sentido às suas ações no presente.

Entre as ações de Dona Wanda para reinventar a vida na cidade está o reflorestamento das APPs com árvores frutíferas:

Pedro: E o que é que a senhora tem aí da frente de fruta?

Dona Wanda: Tem taperebá, tem jambu, tem ingá, açaí, tem jaca, tem cacau, tem... Agora eu tô fazendo um tucumanzal. Todo tucumã que como, eu joga, porque eu sou apaixonada por tucumã, eu joga lá... Eu

tenho uma amiga que tem um sítio em Balbina e tem um tucumã legal, ela traz umas maravilhosas pra mim. Todo tucumã que eu como, eu jogo lá. E dá até assim, né? É sete anos, dois anos pra dar, né? Aí eu tô brigando para não pegarem o tucumanzal. E na época que tem açai, eles vêm aqui. As pessoas tiram açai da fruta. Quem perde é os animais, né? E eu planto tudo para os animais. E é engraçado, os sauins⁵, eles vêm no cacau, eles fazem um buracão na fruta, bonito. Aí eles tiram. Tu jura que o cacau está intacto lá. Eles já comeram tudo que tem dentro! Eu vi uma vez, tirando assim e vê um buraquinho lá, com as mãozinhas vai lá e só tira assim. E a jaca, aí veio uma pessoa trabalhar aí, jaca bonita, aí veio uma pessoa, pediu uma jaca. Que é a planta, e ele pediu uma jaca: “aí a senhora, me dá uma jaca?” Eu disse: “sim, pode pegar uma jaca, mas só uma né, que não valeu um monte não. Porque eu planto para os animais”.

Junto com as árvores, aparecem os animais e o cultivo das plantas também se torna o cultivo de relações multiespecíficas. Aqui, compreendemos que há uma conexão entre as duas “brigas” de Dona Wanda: com quem constrói em Área de Proteção Permanente (APP) e com quem retira as frutas das árvores que ela planta. Em ambos os casos, se trata de cuidar da casa do "outro", ao mesmo tempo em que se cultivam essas relações. Esse outro é não-humano, os animais presentes nos ecossistemas urbanos, cuja dinâmica de presença/ausência é indicativa da passagem do tempo e termômetro do bem-estar humano para Dona Wanda.

Em outro momento, Dona Wanda reflete sobre o que vai deixar de herança para as filhas e chega à conclusão de que deixará aquilo que ama: suas plantas. Pergunto-me se ela se refere às plantas que estão dentro ou fora da sua casa, pois em seguida sua fala se dirige à "natureza", como se não houvesse distinção entre as plantas domésticas e aquelas do bosque cultivado em frente à sua casa. Ela diz:

As minhas filhas disseram que a minha lembrancinha, quando eu for, vai ser minhas plantas [...] Então a gente decidiu que vai ser as plantas, porque a vida é exatamente isso, eu creio, né? Que a gente brinca com o que vai ser verdade na nossa vida, que vai ser bom, né? A gente vai ter que brincar. E eu acho que tudo isso vem daqui do que eu amo, que

⁵ O sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*) é uma espécie de primata endêmica da região de Manaus e redondezas, considerado criticamente ameaçada de extinção.

é a natureza. Que eu cuido, que eu quero apresentar. Que eu sou a favor do índio, do caboclo comer caças. Eu sou urbana, né? Tu é urbano, tu pode comprar, tu pode ir no supermercado, é bem aqui na ilhargá da tua casa. Mas ele não.

Parece que a “natureza” é um continuum que se estende do espaço doméstico até as margens do igarapé, composta de teias ecológicas nas quais seres mais-que-humanos participam, entre eles a “caça”. Ao associar a prática da “caça” às necessidades de indígenas e caboclos e o supermercado às dinâmicas da vida urbana, não pensamos que o argumento de Dona Wanda é de ordem evolucionista. À sua maneira, ela tenta reconhecer as particularidades da vida urbana e de uma ética vinculada às relações com animais na cidade, em contraposição ao que ela e Reney tem observado sobre as interações entre humanos não-humanos na Bacia do Gigante. Há necessidade de reconhecer essa alteridade presente no meio urbano, não pelas suas aproximações com os humanos, mas pelas suas diferenças. Em outras palavras, e remetendo ao que propõe Donna Haraway (2021), animais não seriam humanos menores, mas outros mundos que muitas vezes se mostram completamente inacessíveis à compreensão humana. Isso não significa que, na cidade, as interações com estes outros seres/mundos não devam ser consideradas dentro de regras de convivência particulares que reconheçam modos silvestres de habitar o urbano.

Além disso, é interessante como a fala de Dona Wanda sobre herança e plantas se conecta diretamente com sua preocupação com os animais. Anteriormente, ela já havia definido que planta para os animais - o tucumã, o cacau, a jaca. Logo, se as filhas herdarem as plantas domésticas, seriam os saíuns, cotias e araras os herdeiros do bosque plantado?

Há outra questão que persiste: reconhecemos que a cidade “faz” os animais, influenciando sobre seus hábitos, territorialidades e forma corporal. Mas de que maneira os animais fazem cidade? Animais como jacarés e outros que circulam pelos céus e florestas ajudam a estabelecer os ritmos que animam o cotidiano do bairro. Os *Caimans* de Reney mergulhados no igarapé introduzem uma ruptura na monotonia da paisagem, suscitam admiração e interferem nos caminhos cotidianos dos moradores, que interrompem seus trajetos – a pé e de carro – só para olhar os bichos. Uma vez, quando eu falava sobre pedalar pela cidade fazendo etnografia, um aluno perguntou: “o que te faz parar?” e eu respondi: “algumas vezes é quando existe um grupo de pessoas paradas, apontando para algo nas águas do igarapé. Pode ser uma sucuri, pode ser um jacaré”. Quando têm as suas

territorialidades reconhecidas pelos humanos, os jacarés criam marcos espaciais na cidade, humanizando o espaço.

Os animais também atuam sobre as temporalidades do cotidiano na cidade. Em nossas conversas, Dona Wanda mencionou as árvores que planta em frente à sua casa e as araras que se alimentam dos seus frutos: “as ingás, as araras, daqui a pouco elas chegam”. Quem vive em Manaus e tem os ouvidos atentos, sabe quando esses animais anunciam sua presença, voando baixo em duplas ou trios. Quando identificamos que no dia existe a hora das araras, de manhã cedo e ao fim da tarde, o tempo dos relógios também se torna tempo qualitativo, isto é, tempo humanizado (Bachelard, 1988).

Porém, mesmo essas presenças não-humanas marcadoras do espaço e do tempo na cidade sofrem os efeitos da dissolução dos modos de vida e destruição dos ecossistemas urbanos, o que também se abate sobre os humanos. A moradora volta a mencionar os impactos da construção do Parque Mosaico, incluindo o afugentamento da fauna:

E eles vêm tirar as frutas, né? Se for, vêm de açaí, a gente toma tudo por aqui, a gente toma açaí daqui. As frutas dos animais, que não tem mais, nós vamos comer, né? E eles vinham aqui, depois que começou a construir aqui, eles não vieram mais, porque bate: pá, pá, pá! E eles têm medo, né? Eles fogem.

Apesar das pressões, há também o avesso da fuga: a presença visível, inusitada, insólita – e muitas vezes indesejável – de animais entre as obras do Parque Mosaico, ainda em andamento. O acervo de imagens no celular de Reney é repleto de registros dessas “invasões”: uma preguiça-de-bentinho atravessa a pista, alojando-se em uma das jovens e frágeis árvores plantadas pela construtora no canteiro central do conjunto; uma cobra jibóia (*Boa constrictor*) se enrosca nas estruturas de uma retroescavadeira, paralisando as obras; um jacaré paguá (*Paleosuchus palpebrosus*) aparece no fim da linha do ônibus, assustando seus trabalhadores. Na mensagem enviada, Reney comenta: “próximo ao cemitério Tarumã, uma empresa de ônibus, acredito que seja animal afugentado das obras no mosaico”. Um trabalhador da construtora tenta remover uma preguiça real (*Choloepus didactylus*) – de forma bastante imprudente – da área de obras. Confundindo as espécies de preguiça, o operário pensa que se trata da preguiça-de-bentinho (*Bradypus tridactylus*), espécie dócil e inofensiva. O episódio testemunhado e relatado por Reney termina da

seguinte maneira: o homem toma uma mordida na mão e tem o corpo dilacerado pelas garras da preguiça.

Os exemplos acima mostram como animais, à sua maneira, também resistem, produzindo alianças improváveis com os humanos. As experiências de Reney, Dona Wanda e seus vizinhos demonstram como moradores constituem territórios de vida (Silva, 2020) a partir de práticas que visam reconhecer árvores e animais específicos como presenças políticas no espaço urbano, isto é, parceiros no adiamento da destruição de mundos compartilhados. Além de proporcionar conforto emocional, a presença de animais silvestres nas franjas do doméstico tem resultado em cuidados que se orientam para águas e fragmentos de floresta muitas vezes considerados degradados, contaminados com esgotamento industrial e sanitário, além da presença significativa de resíduos sólidos.

Assim, este trabalho buscou refletir sobre como as relações humano-animal no Igarapé do Gigante ajudam a pensar a memória do bairro, as trajetórias de seus moradores e suas mobilizações políticas em torno do direito à cidade. Partimos da premissa de que a cidade faz os animais, intervindo sobre sua existência e gerando composições naturalculturais imprevisíveis. Porém, animais também podem fazer cidade, enquadrando a memória, marcando o espaço-tempo, produzindo rupturas, participando de sociabilidades interespecíficas, escancarando conflitos nas relações humanas e atuando como espécies companheiras nas resistências contra a precarização das vidas humanas e não-humanas em uma metrópole amazônica.

Referências

- AMAZONAS (Estado). *Proposta de projeto*. Sistema integrado de inteligência, proteção e monitoramento da Bacia Hidrográfica do Igarapé do Gigante, Manaus (AM). Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, Manaus, 2024.
- ARANTES, Antônio A. *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da Duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- CAMARGO, Fernando. Como fazer uma biografia de um rio? Transbordamentos entre imagens e outras grafias do Rio Piracicaba. In: MANICA, Daniela T.; COSTA, Clarissa R. N.; CAMARGO, Fernando M. (orgs.). *Modos de fazer no labirinto: metodologias in(ter)disciplinares, feministas e criativas*. Campinas: Pontes editoria, 2025, p. 24-47.

FISKE, Amelia; FISCHER, Jonas. *Toxic: a tour of the ecuadorian Amazon*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2024.

HARAWAY, Donna. *Manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

INGOLD, Tim. Humanity and Animality. In Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London, Routledge, 1994, pp. 14-32.

LEIRIS, Michel. *África fantasma*. São Paulo: Cosac&Naify, 2007.

LIMA, Maria Raquel Passos. (Toxi)Cidade do Aço: Infraestrutura siderúrgica e contestação social em um caso de contaminação por resíduos industriais. *Revista AntHropológicas*, v. 31, n. 2, p. 86-121, 2020.

MELO, Fernando Monteiro. *Estado, capital e a moradia na produção do espaço de Manaus (1960-2026)*. 2026. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

PACIULLO, Priscilla R. M. *Fator de condição corporal, dieta e comportamento de jacarés urbanos em Manaus*. Relatório Final PIB-B/0068/2011. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

PARQUE MOSAICO. 2026. *Site da associação do Parque Mosaico*. Disponível em <https://parquemosaico.org.br/> acesso em 19 fev. 2026.

PERROTA, Ana Paula; HELENE, Diana. Entre a rua e o pasto, entre o pavão e a vaca: Relações humano-animais no nascimento do Urbanismo e do Paisagismo brasileiro. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 12, n. 1, p. 26-51, 2024. Disponível em: <https://ojs4.ufes.br/cadecs/article/view/45340>. Acesso em: 30 jun. 2026.

RAMOS, Marcos A. R. *Introdução e impactos da Tilápia do Nilo (Oreochromis niloticus) sobre as assembleias de peixes na bacia hidrográfica do Tarumã-Açú*. Dissertação (Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, Juna B. V. *Cidade-Floresta: retomando territórios de vida em Itapuã*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. *Memória ambiental na Bacia do Una*. Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOARES, Pedro P. M. A.; SILVEIRA, Flavio L. A.. Transformações urbanas nas paisagens hídricas de Belém (PA): reflexões sobre memórias ambientais e as interações entre humanos e não humanos na Bacia do Una. In: PEREIRA, Jesus M. e SILVEIRA, Flávio L. A. (Orgs.). *Pensando as cidades brasileiras no contemporâneo*. São Luís: EDUFMA, 2020, p.142-169.

TAVARES, Pedro. Barcarena em dois atos: Eldorado da resiliência climática ou Chernobyl Amazônica, eis as caras da mesma cidade paraense em dois tours paralelos à COP30. *Revista Piauí*, 01 dez. 2025. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/barcarena-em-dois-atos/> acesso em 09 jan. 2025.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.